



# Reunião MECI

21 outubro 2024



## Revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD)

Convocada pela tutela para o início das negociações sobre a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), a ASPL entregou em mãos à equipa governamental as suas [propostas](#), fruto da auscultação obtida junto dos seus associados no decurso dos últimos tempos.

Tendo por objeto a discussão do [Protocolo Negocial e a calendarização](#) das respetivas reuniões, o Ministro da Educação, Doutor Fernando Alexandre, informou que este trabalho constituirá uma proposta de Lei, que será sujeita à aprovação do Conselho de Ministros e da Assembleia da República, prevendo-se que terá a duração de um ano. O Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) pretende que este seja um processo muito participado, porque **o ECD hoje existente não tem o papel que deveria ter, sendo necessário valorizar e tornar a carreira mais atraente para os jovens que queiram nela entrar e para os que saíram voltem. Acabar com as ultrapassagens e a iniquidade, criar incentivos criando objetivos, são fatores a abordar para tratar a frágil e débil gestão dos recursos humanos. A avaliação de desempenho é muito importante e foi descredibilizada, a previsibilidade da estrutura é determinante e foi alvo de várias alterações**, entre outros assuntos a analisar.

A proposta do Ministério não é fechada, apresenta um conjunto de temas em que devemos de olhar para a carreira como um todo. Serão abordadas três áreas, que sucessivamente serão vistas e posteriormente veremos o seu articulado, mais perto do verão. Outras entidades serão chamadas a intervir com os seus pareceres, podendo realizar-se um congresso em janeiro. Tudo será bem fundamentado em dados e factos, recorrendo-se a estudos sempre que se justifique. **Fundamental é construir um sistema educativo que garanta a qualidade a todos.**

O Senhor Secretário de Estado da Administração e Inovação Educativa, Dr. Pedro Dantas da Cunha, informou que poderão ser abordados outros pontos para além dos propostos pelo Governo, que haverá a constituição de quatro mesas de trabalho, com calendarização mensal (embora flexível) e tendo como ponto de partida a primeira proposta do MECI.

A Dra. Fátima Ferreira, Presidente da ASPL, concordou com as palavras do Senhor Ministro, **felicitando-o pela capacidade demonstrada em entender os professores e a sua carreira, sobretudo os que ingressaram antes de 2011. Estes docentes estão numa estrutura inexistente, urgindo que se lhes seja feita justiça**, tal como proposto no reposicionamento da Plataforma de Sindicatos, por tal estamos com expectativas em relação à resolução deste problema, que é atualmente uma das maiores litigâncias que provocam desmotivação na carreira. Ver estas preocupações e leitura da realidade

pela tutela, a ser dita pelo principal responsável do ministério, é muito bom, pois também nos permite verificar que não estamos a falar sozinhos. **A ASPL está totalmente de acordo com os princípios e motivações elencados** e propõe a introdução de um quarto ponto, que poderá intitular-se de “outros”, permitindo que se englobem as suas propostas números 6, 7 e 8. **Propõe ainda que se antecipe o calendário apresentado, pelo menos em um mês, e que a versão final ocorra antes do Orçamento de Estado de 2025**, o qual deverá contemplar valores que acolham, por exemplo, a equiparação à carreira técnica superior.

Considerando difícil essa antecipação, pois são procedimentos que requerem mais tempo, o Senhor Ministro ficou de averiguar a possibilidade deste diploma se tratar de um Decreto-Lei e não uma Lei, de forma a agilizar todo o processo. **Salientou que o Ministério da Educação não tinha uma base de dados integral**, sendo essa uma ferramenta fundamental para abranger diversos procedimentos, como o Registo Biográfico, vencimentos, concursos, etc. **A recuperação do tempo de serviço também está a constatar alguma demora, face aos problemas entre as plataformas informáticas das escolas (que terão de se adaptar às necessidades) e a do IGeFE.** Sobre os apoios à deslocação, disse que o ECD os pode prever, porém com apoios iguais para todos, ninguém quer ir para as escolas mais difíceis, ficando o ónus da resolução da situação das escolas carenciadas sob a responsabilidade das organizações sindicais. Adiantou que serão também disponibilizados mais dados sobre o projeto “+ A, + S”. Prosseguindo, o Dr. Pedro Dantas da Cunha informou que este projeto está em fase de monitorização, com eficácia variável, não tendo ainda sido implementada a desburocratização, a qual será, numa reunião na próxima semana, explicada aos Diretores. Sobre a calendarização das reuniões sobre o ECD, recordou que ainda estão por agendar 6 processos negociais, não havendo muito tempo útil disponível. Solicitou ainda que as organizações sindicais enviassem a identificação dos artigos a serem trabalhados no ECD, para os incluir no Protocolo. O Doutor Fernando Alexandre terminou a reunião, realçando o valor da participação de todos os intervenientes.

A 1ª Vice-Presidente da ASPL,

Mª João Gonçalves